

...continuação

ING BANK N.V.
CNPJ nº 49.336.860/0001-90



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e incluem estimativas contábeis que consideram fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a provisão para contingências, registradas de acordo com a Resolução nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009 e Carta-Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, do BACEN, e a valorização de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Filial revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

3 Resumo das principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Consideram-se caixa e equivalentes de caixa as disponibilidades e aplicações financeiras, com prazo de vencimento igual ou inferior a noventa dias contados da data de sua emissão, cujos recursos podem ser convertidos imediatamente em caixa, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança em seu valor.

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos classificados para negociação e os disponíveis para venda são avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado e os classificados como títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados ao valor recuperável, quando aplicável.

Os títulos para negociação estão classificados no ativo circulante, independente do prazo de vencimento.

Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados para negociação são reconhecidos no resultado do período.

Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada de patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, sendo transferidos para resultado do período quando da efetiva realização, por meio da venda definitiva dos respectivos títulos e valores mobiliários.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o Banco não possui títulos classificados como disponível para venda.

d) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, nos termos da Circular nº 3.082/02, do Banco Central do Brasil, e regulamentações supervenientes.

As transações com instrumentos financeiros derivativos realizadas para atender necessidades de clientes ou em operações por conta própria, que não observam os critérios de proteção estabelecidos na Circular nº 3.082/02 e regulamentações supervenientes, são avaliadas pelo seu valor de mercado e os ganhos e as perdas são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a riscos de moeda, taxa de juros ou para modificar a característica de ativos e passivos financeiros, cujas alterações no seu valor de mercado estejam diretamente correlacionadas com as alterações no valor de mercado dos itens objeto de proteção, desde o início e ao longo da vida do contrato, são classificados de acordo com a sua natureza:

- *Hedge* de risco de mercado - destina-se a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *“hedge”* e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do período. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Filial possui instrumentos financeiros classificados nessa categoria.
- *Hedge* de fluxo de caixa - destina-se a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários. Os respectivos itens objeto de *“hedge”* são ajustados pelo valor de mercado na data do balanço. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Filial não possui instrumentos financeiros derivativos classificados nessa categoria.

e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operação de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, conforme demonstrado na Nota 8b.

f) Permanente

As participações acionárias, não destinadas à manutenção da Filial, e títulos patrimoniais são demonstrados pelo seu valor de custo.

Até dezembro de 2016 o ativo imobilizado era demonstrado ao custo de aquisição, deduzido pela depreciação acumulada. A depreciação do imobilizado era calculada pelo método linear, com base no prazo de vida útil estimado dos bens. As taxas de depreciação anuais eram: 10% para móveis, utensílios, equipamentos de comunicação, sistema de segurança e instalações; 20% para veículos e 20% para equipamentos de processamento de dados.

A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.535 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 24 de novembro de 2016, os novos imobilizados estão sendo reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponderá ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o período de tempo durante o qual o Banco espera utilizar o ativo.

g) Redução ao valor recuperável dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas,

operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

h) Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, foram atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações foram refletidas no resultado do exercício.

i) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real anual excedente aos limites fiscais estabelecidos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 20% do lucro antes do imposto de renda apurado no período. A majoração da alíquota à 20% aplica-se até 31 de dezembro de 2018 e a partir de 01 de janeiro de 2019 a alíquota volta a ser de 15%.

Os créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social são calculados sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa, em conformidade com o respectivo estudo de realização futura, determinada pela Resolução nº 3.059/02 do BACEN e são constituídos as taxas vigentes à época das demonstrações financeiras, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos sendo realizado quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes e serão realizados, também, conforme alíquota vigente descrita no parágrafo acima. Os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social apurados em exercícios anteriores são compensados respeitado o limite de 30% do lucro tributável.

j) Apuração de resultado

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, observado o critério *“pro rata temporis”* para as despesas e receitas de natureza financeira.

k) Remuneração baseada em ações

Conforme CPC 10 (Resolução nº 3.989/11), para transações de pagamentos baseadas em ações liquidadas em instrumento de patrimônio, a Filial mensurará os bens ou serviços recebidos e o correspondente aumento no patrimônio líquido pelo valor justo.

4 Gerenciamento de riscos

O gerenciamento e o acompanhamento das exposições aos riscos de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional são efetuados por áreas independentes de forma consolidada, como segue:

Risco de mercado - a área responsável pelo gerenciamento do risco de mercado (MRM) está subordinada a Diretoria responsável pelos riscos do Conglomerado. A possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo Conglomerado, são gerenciadas através de estrutura que contempla políticas, processos, procedimentos e sistemas necessários, para identificar, mensurar, monitorar e controlar a exposição ao risco de mercado.

As exposições decorrentes das flutuações nas taxas de juros, câmbio e preços de ativos financeiros são administradas utilizando-se a metodologia do *“Value at Risk”*, aplicação de *“Stress Testing”* com base em cenários históricos e hipotéticos, limites estabelecidos pela Administração da Filial, dentre outros, com acompanhamento diário das exposições para cada tipo de risco de mercado. Desta forma, a exposição a riscos é mantida de acordo com os limites estabelecidos pela Filial.

Risco de crédito - as exposições a eventuais perdas decorrentes de inadimplência de contrapartes são minimizadas mediante rigoroso controle de processo de aprovação de crédito, considerando a avaliação econômico-financeira do tomador/contraparte e das empresas associadas ao seu grupo econômico, as condições do setor de atuação, ambiente regulatório, reputação dos administradores, dentre outros.

Risco de liquidez - as exposições decorrentes de descasamentos de prazos entre ativos e passivos e moedas de liquidação são administradas através da simulação de cenários que consideram os parâmetros de liquidez de mercado e produtos em condições normais e de *stress*, inclusive para cobertura dos passivos contingenciais, com o objetivo de manter os limites mínimos de liquidez estabelecidos pela Administração da Filial, dentre outros.

Risco operacional - a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência, ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos são gerenciadas através de estrutura criada com essa finalidade, que contempla instrumentos de identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação de riscos operacionais desenvolvidos pela Matriz (Amsterdã - Holanda). A Administração da Filial participa ativamente no processo de implementação e manutenção desta estrutura, estabelecendo regras e mandatos que atribuam deveres e responsabilidades e disseminam a política de risco operacional aos diversos níveis da Filial. Para o cálculo da parcela referente ao risco operacional, definida pela Circular nº 3.640/13 do Banco Central do Brasil, foi adotada a metodologia de Abordagem do Indicador Básico.

Gerenciamento de capital - a estrutura de gerenciamento é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e com a exposição aos riscos. A Filial possui políticas e processos definidos para realizar o monitoramento e controle do capital, avaliar prospectivamente a necessidade de capital adicional, frente aos riscos e orçamento de capital. O gerenciamento é feito em conjunto para as empresas que compõem o conglomerado prudencial, cuja instituição líder é a Filial.

A área de finanças, com o apoio das áreas de riscos e tesouraria da Filial, é responsável pela preparação e revisão das políticas e da estrutura de gerenciamento de capital. Além disso, é responsável pela apuração do Patrimônio de Referência e do Patrimônio de Referência Mínimo, consolidação das informações provenientes das áreas de riscos, tais como testes de estresse, e preparação dos relatórios gerenciais utilizados pelo Comitê de Ativos e Passivos (ALCO) para monitorar a suficiência de capital. O ALCO é responsável pela aprovação das políticas e estrutura de gerenciamento de capital. Este se reúne mensalmente e, entre outras atividades, é responsável por analisar se há capital disponível suficiente, para cobrir as necessidades de capital requerido mínimo, o impacto dos testes de estresse sobre o capital, e o plano de negócios para os próximos três anos. O Comitê é formado pelos membros da Administração da Filial, áreas de Riscos, Tesouraria e Finanças.

5 Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o caixa e equivalentes de caixa estavam compostos por:

	2017		2016	
	Circulante	Circulante	Circulante	Circulante
Caixa e equivalentes de caixa				
Disponibilidades	23.289	41.174		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.463.421	2.806.810		
Títulos e valores mobiliários	-	775.295		
Total	1.486.710	3.623.279		

A carteira de aplicações interfinanceiras de liquidez é composta principalmente por operações compromissadas no montante de R\$ 1.237.281 (R\$ 2.541.291 em 2016) lastreadas em títulos públicos, com vencimento em até três meses a contar da data de aquisição.

6 Títulos e valores mobiliários

A composição da carteira de títulos e valores mobiliários, o custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, o valor de

mercado e a segregação por faixas de vencimento estão demonstradas como segue:

Títulos e valores mobiliários	2017			
	Até 3 meses	Acima de 1 ano	Valor mercado	Custo atualizado
Carteira própria para negociação				
Letras do tesouro nacional	837.083	-	837.083	833.777
	837.083	-	837.083	833.777
Vinculados à recompra				
Letras do tesouro nacional	642	-	642	641
	642	-	642	641
Vinculados à prestação de garantias				
Letras do tesouro nacional	165.591	-	165.591	165.334
Cotas de fundos de investimento	22.230	-	22.230	22.230
	187.821	-	187.821	187.564
Total de títulos para negociação	1.025.546	-	1.025.546	1.021.982
Carteira própria de títulos mantidos até o vencimento				
Debêntures	-	234.369	234.369	234.369
	-	234.369	234.369	234.369
Total de títulos mantidos até o vencimento	-	234.369	234.369	234.369
Total geral	1.025.546	234.369	1.259.915	1.256.351

Títulos e valores mobiliários	2016				
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor mercado	Custo atualizado
Carteira própria para negociação					
Letras do tesouro nacional	775.294	548.195	8.053	1.331.542	1.330.864
Notas do tesouro nacional	9.225	-	-	9.225	9.224
	784.519	548.195	8.053	1.340.767	1.340.088
Vinculados à recompra					
Para negociação					
Letras do tesouro nacional	-	72.252	504	72.756	72.239
	-	72.252	504	72.756	72.239
Vinculados à prestação de garantias					
Para negociação					
Letras do tesouro nacional	-	84.325	75.212	159.537	157.975
	-	84.325	75.212	159.537	157.975
Total geral	784.519	704.772	83.769	1.573.060	1.570.302

O valor de mercado dos títulos classificados para negociação representa o fluxo de caixa futuro trazido a valor presente pelas taxas calculadas a partir da estrutura a termo das taxas de juros estimadas pela ANBIMA ou agentes de mercado.

Os títulos públicos federais encontram-se custodiados em conta própria do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC).

Foi constituída provisão para redução ao valor recuperável da carteira de debêntures considerada suficiente pela Administração, que atende aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN).

A carteira de debêntures encontra-se custodiada em instituição financeira privada. Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

7 Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos são registradas em contas patrimoniais ou de compensação e têm como finalidade reduzir a exposição de posições proprietárias da Filial a riscos de mercado, decorrentes de flutuações nas taxas de juros, câmbio e preços de ativos financeiros, ou atender necessidades de *“hedge”* de clientes.

A política de utilização de instrumentos financeiros derivativos, o estabelecimento de estratégias, os controles dos riscos associados a cada estratégia de atuação, bem como limites estabelecidos para essas posições, observam normas emanadas da Administração da Filial, como segue:

- **Hedge** - operações com instrumentos financeiros derivativos que têm por objetivo compensar a flutuação no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros objeto de proteção;
- **Negociação** - operações com instrumentos financeiros derivativos utilizados, principalmente, para administrar a exposição de posições proprietárias e atender necessidades de *“hedge”* de clientes.

Os contratos futuros negociados no âmbito da B3 Brasil Bolsa Balcão (B3), são instrumentos financeiros derivativos mais utilizados em decorrência de sua liquidez e do mecanismo de ajustes diários que minimizam a exposição a riscos de crédito.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuro, considerando as taxas divulgadas pela ANBIMA, B3 ou agente de mercado, quando necessário. Os valores de custo, mercado, e por faixa de vencimento dos instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais, estão demonstrados a seguir:

Instrumentos financeiros derivativos	2017				
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima contábil/ de 1 ano	Valor mercado	Custo atualizado
Ativo - Negociação					
Swaps					
- Moeda estrangeira	-	-	8.269	8.269	7.152
- Taxa de juros	7.571	-	-	7.571	6.930
Ativo - Mercado a termo					
- Moeda estrangeira	13.082	30.258	5.964	49.304	56.553
Totais por faixa de vencimento em 2017	20.653	30.258	14.233	65.144	70.635
Totais por faixa de vencimento em 2016	190.791	112.176	8.507	311.474	289.457
Passivo - Negociação					
Swaps					
- Moeda estrangeira	(5.141)	(26.788)	(343)	(32.272)	(42.849)
Passivo - Mercado a termo					
- Moeda estrangeira	(17.364)	(27.971)	(309)	(45.644)	(41.055)
Outros	(1.010)	-	-	(1.010)	(1.010)
Totais por faixa de vencimento em 2017	(23.515)	(54.759)	(652)	(78.926)	(84.914)
Totais por faixa de vencimento em 2016	(188.700)	(239.488)	(7.639)	(435.827)	(406.158)

<http://www.ingwb.com/network-offices/americas/brasil>

continua...

...continuação

ING BANK N.V.
CNPJ nº 49.336.860/0001-90



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

As operações com instrumentos financeiros derivativos estão registradas na B3, cujos valores referenciais são contabilizados em contas de compensação, como segue:

Contratos	2017				Total
	Futuros	Termo	Swap	Hedge	
Negociação					
- Moeda estrangeira	2.111.153	4.270.206	1.404.950	-	7.786.309
- Taxa de juros	6.196.983	-	341.210	-	6.538.193
Hedge - risco de mercado					
- Taxa de juros	-	-	- 343.284	-	343.284
Total 2017	8.308.136	4.270.206	1.746.160	343.284	14.667.786
Total 2016	11.436.641	9.102.686	1.413.616	-	21.952.943

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos, realizadas junto à B3, foram requeridas margens no valor de R\$ 187.821 (R\$ 159.536 em 2016), garantidas mediante a vinculação de títulos públicos.

Hedge risco de mercado

Para proteção do risco de mercado de eventuais variações das taxas praticadas pelo mercado, a Filial negociou futuros com vencimento até janeiro de 2020. Os itens objeto de *hedge* são representados por operações de crédito (cédula de crédito bancário) e certificados de depósitos bancários, e possuem vencimento em até janeiro de 2020, proporcionando a efetividade desejada da cobertura do risco e minimizando assim os riscos oriundos das operações-objeto.

Instrumento de hedge	Valor referencial	Valor de mercado	Ajuste MTM
Futuros - DI	(333.213)	(343.284)	(10.071)
Objeto de hedge			
Operações de crédito	34.610	41.259	6.649
CDB	300.000	303.181	3.181

Os valores líquidos dos ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de resultado no exercício estão demonstrados a seguir:

Contratos	2017	2016
Futuros	142.658	(482.060)
Swaps	(13.291)	271.578
Termo	(249.070)	(311.084)
Outros	58	(260)
Total	(119.645)	(521.826)

8 Operações de crédito

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a carteira de operações de crédito, passíveis de classificação por nível de risco de acordo com a Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN), tem a seguinte composição:

a) Setor de atividade

Operações de crédito	2017	2016
Setor privado		
Indústria	547.436	417.425
Outros serviços	66.402	224.370
Pessoas físicas	14	40
Total (*)	613.852	641.835

(*) Inclui ajuste de valor de mercado de operações classificadas como *hedge accounting* no valor de R\$ 823 (R\$ 1.795 em 2016).

Adiantamento sobre contratos de câmbio (Nota 9)

Setor privado	2017	2016
Indústria	1.106.507	1.520.229
Comércio	351.492	916.479
Outros serviços	128.575	198.476
Total	1.586.574	2.635.184

b) Nível de risco

Nível de risco	Valor da provisão		Valor da carteira		
	%	2017	2016	2017	2016
AA	0%	-	-	324.504	2.196.373
A	0,5%	3.127	2.630	626.116	526.089
B	1%	8.921	2.312	892.123	231.216
C	3%	970	-	32.331	-
E	30%	21.370	96.464	71.233	321.545
F	50%	127.059	-	254.119	-
Total		161.447	101.406	2.200.426	3.275.223

c) Vencimento

Vencimento	2017	2016
A vencer até 90 dias	364.823	991.834
A vencer de 91 a 360	1.306.736	2.185.064
A vencer acima de 360	274.748	98.325
Vencidas até 180	254.119	-
Total	2.200.426	3.275.223

d) Movimentação da provisão

Provisão	2017	2016
Saldo Inicial	101.406	273
Constituição	1.035.030	319.134
Reversão	(974.989)	(218.001)
Saldo final	161.447	101.406

Em 31 de dezembro de 2017 há operações renegociadas no montante de R\$ 325.352 (R\$ 248.249 em 2016).

9 Carteira de câmbio

Carteira de câmbio	2017		2016	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Ativo				
Câmbio comprado a liquidar	7.710.599	120.111	3.876.859	108.248
Direitos sobre venda de câmbio	5.919.157	108.233	1.451.137	107.652
Rendas a receber de adiantamento concedido (Nota 8)	44.067	-	53.383	-
Total	13.673.823	228.344	5.381.379	215.900
Passivo				
Câmbio vendido a liquidar	6.084.502	120.494	1.385.193	113.373
Obrigações por compra de câmbio	7.461.664	108.233	2.085.576	2.136.649
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 8)	(1.542.507)	-	(552.804)	(2.028.997)
Total	12.003.659	228.727	2.917.965	221.025

10 Outros créditos - diversos

Créditos diversos	2017		2016	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Créditos tributários - impostos e contribuições (Nota 18)	35.363	55.490	34.457	32.588
Impostos a compensar	21.558	4.962	23.236	236
Depósitos judiciais (Nota 15.d)	-	104.737	-	127.846
Adiantamentos a funcionários e terceiros	400	-	179	25
Devedores diversos país	1.519	-	4.675	797
Total	58.840	165.189	62.547	161.492

11 Depósitos e captações no mercado aberto

Em 31 de dezembro de 2017, as captações em depósitos interfinanceiros, depósitos a prazo e no mercado aberto são efetuadas a taxas de mercado. Seus vencimentos estão assim distribuídos:

Depósitos e captações	Sem vencimento	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	Total
Depósito a vista	152	-	-	-	152
Depósito interfinanceiros	-	108.392	244.930	-	353.322
Depósito a prazo	-	550.559	370.422	868.493	1.789.474
Captações no mercado aberto	-	641	-	-	641
Total por faixas de vencimento em 2017	152	659.592	615.352	868.493	2.143.589
Total por faixas de vencimento em 2016	470	1.210.176	845.833	35.598	2.092.077

12 Obrigações por empréstimos e repasses do exterior

Empréstimos no exterior correspondem basicamente a recursos captados através de linha de crédito exportação, no montante de US\$ 567.920 (US\$ 822.188 em 2016) que representa

R\$ 1.878.339 (R\$ 2.679.099 em 2016), a taxa de juros de até 7,5% ao ano e vencimentos até janeiro de 2019, e linha de crédito tomada com a matriz no montante de US\$ 125.216 (US\$ 625.360 em 2016) que representa R\$ 414.138 (R\$ 2.037.737 em 2016) com vencimentos até junho de 2018.

13 Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

Obrigações fiscais e previdenciárias	2017		2016	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Impostos e contribuições a recolher	9.195	9.846	-	-
Imposto de renda e contribuição social	3.444	13.746	-	-
Provisão para riscos fiscais (*)	-	-	-	68.798
Impostos e contribuições diferidos	4.369	1.939	-	-
Total	17.008	25.531	68.798	-

14 Outras obrigações - diversas

Obrigações diversas	2017		2016	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Juros sobre capital próprio	-	-	38.237	-
Provisão para despesas de pessoal	13.503	1.342	9.234	2.123
Provisão para contingências (Nota 15b e c) (*)	-	64.161	-	10.964
Provisão para perdas com avais e fianças	20.101	1.498	21.627	-
Diversos	8.669	1.570	2.573	5.015
Total	42.273	68.571	71.671	18.102

(*) Os valores de provisões fiscais foram reclassificados por orientação do Banco Central, da linha de provisões para riscos fiscais para Outras obrigações diversas - Provisão para contingências.

15 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

a) **Ativos contingentes:** em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não foram reconhecidos ativos contingentes e não há processos classificados como prováveis de realização.

b) **Passivos contingentes:** a Filial possui processos administrativos e judiciais, de natureza tributária, trabalhista e cível, movidos por ex-funcionários e órgãos reguladores e a provisão para contingência é constituída com base na avaliação de assessores legais externos, que levam em consideração a probabilidade de desembolso de recursos financeiros para a liquidação dessas obrigações. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as provisões constituídas são consideradas suficientes para atender a eventuais perdas decorrentes de decisões desfavoráveis ao final desses processos.

	31/12/2016		Baixas/ Reversões 31/12/2017	
Trabalhistas	10.964	5.331	(1.004)	15.291
Total	10.964	5.331	(1.004)	15.291

	31/12/2015		Baixas/ Reversões 31/12/2016	
Trabalhistas	3.616	11.229	(3.881)	10.964
Total	3.616	11.229	(3.881)	10.964

b.1) **Passivos contingentes classificados como perda possível e sem provisão:** a Filial possui processos administrativos e judiciais de natureza tributária cuja probabilidade de perda é avaliada como possível pela administração e assessores legais externos e para as quais não foram constituídas provisões. Dentre esses processos, relacionamos os mais relevantes:

- Auto de Infração que tem como objeto a exigência de COFINS, em virtude de deduções supostamente indevidas de despesas de *hedge*, no valor atualizado de R\$ 20.736 (R\$ 20.087 em 2016). Foi julgado improcedente no CARF. A Filial recorreu à esfera judicial, pendente de julgamento.
- Auto de Infração que tem como objeto a exigência de imposto de renda e contribuição social, em virtude de deduções supostamente indevidas de despesas de gratificações e participações nos lucros e resultados, no valor atualizado de R\$ 11.129 (R\$ 10.119 em 2016). O processo encontra-se na esfera judicial, e aguarda julgamento.
- Auto de Infração sobre dedução de depósito judicial da estimativa de IRPJ e CSLL no ajuste anual, no valor de R\$ 6.055 (R\$ 5.753 em 2016). O processo encontra-se na esfera administrativa e aguarda julgamento.
- Auto de Infração cobrando as contribuições previdenciárias incidentes sobre PLR (ano-calendário 2005 e 2006), no valor de R\$ 5.853 (R\$ 5.619 em 2016). O processo encontra-se na esfera administrativa e aguarda julgamento.
- Auto de infração de PIS pela impossibilidade de dedução das despesas advindas dos contratos de *swap* (fins de *hedge*), no valor de R\$ 2.587

(R\$ 2.482 em 2016). O processo encontra-se na esfera administrativa e aguarda julgamento.

Adicionalmente aos processos acima relacionados, a Filial possui outros processos com probabilidade de perda possível no montante de R\$ 7.217 (R\$ 6.231 em 2016).

c) **Obrigações legais:** representadas, basicamente, por exigíveis relativos às obrigações de natureza tributária, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão e classificadas na rubrica "Provisão para Contingências" (Nota 14). As principais obrigações referem-se à processos vinculados à Anistia no montante de R\$ 16.786 (R\$ 15.915 em 2016) e PIS e COFINS contingencial no montante de R\$ 22.630 (R\$ 21.178 em 2016). Todos os processos citados possuem depósitos judiciais.

d) **Depósitos judiciais:** correspondem, basicamente, a processos judiciais relativos a obrigações legais de natureza tributária descritas no item anterior. Os principais valores depositados estão relacionados à diferença de alíquotas de CSLL no montante de R\$ 24.316 (R\$ 22.759 em 2016), depósitos vinculados a Anistia R\$ 21.007 (R\$ 20.136 em 2016), depósito referente discussão sobre ampliação da base do PIS e COFINS R\$ 23.389 (R\$ 21.803 em 2016), depósito judicial referente compensação dos prejuízos apurados nos exercícios de 1989 até 1991, no montante de R\$ 5.578 (R\$ 5.238 em 2016), depósito sobre omissão de receitas de IRPJ e CSLL 2003 e 2004, no montante de R\$ 5.278 (não havia em 2016), dedutibilidade da despesa de PLR de estatutários para IRPJ e CSLL 2006 e 2007 no montante de R\$ 11.129 (não havia em 2016), e PIS (08 a 12/2004) - glosa de perdas em operações com derivativos consideradas pela RFB "sem finalidade de *hedge*", no montante de R\$ 2.886 (não havia em 2016). O saldo remanescente de R\$ 11.154 (R\$ 9.056 em 2016) é composto, basicamente, por depósitos administrativos para interposição de recursos fiscais e depósitos trabalhistas.

16 Operações vinculadas

As operações ativas amparadas pela Resolução BACEN nº 2.921/02 e normas posteriores estão assim representadas:

Descrição	2017		2016	
	Ativo	Passivo (despesa)	Ativo	Passivo (despesa)
Operações de crédito	1.588.634	-	108.681	2.689.255
Empréstimos do exterior	-	1.586.479	(102.034)	-
Total	1.588.634	(1.586.479)	6.647	2.689.255

O Resultado líquido das operações vinculadas é de R\$ 6.647 (R\$ 10.156 em 2016).

Não há operações ativas vinculadas em situação de inadimplência ou questionamento judicial, nem sobre os recursos entregues ou colocados à disposição nessas operações.

17 Patrimônio líquido

O capital social da Filial corresponde a R\$ 350.492, referente a investimentos da Matriz, acréscido de lucros capitalizados e das reservas incorporadas ao capital.

A reserva de lucros é constituída ao final de cada exercício social na forma prevista na legislação societária brasileira, sem designação específica, podendo ser utilizada para distribuição de dividendos ou futuro aumento de capital, de acordo com o que for definido pelos controladores da Filial.

Conforme Deliberação ocorrida em 28 de dezembro de 2017, foram aprovados: o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 36.019, relativo ao exercício de 2017, e a respectiva capitalização desse valor, líquido de impostos. Adicionalmente, houve uma Deliberação em 11 de janeiro de 2018, que aprovou um aumento de capital no valor de R\$ 77.152. Essas Deliberações aguardam a homologação pelo BACEN.

18 Imposto de renda e contribuição social

Nos termos da Resolução nº 3.059/02 e alterações introduzidas pela Resolução nº 3.355/06, ambas do BACEN, a Filial mantém créditos tributários diferidos de IRPJ e CSLL cujo montante corresponde a R\$ 90.853 (R\$ 67.044 em 2016).

As movimentações de créditos e obrigações tributárias diferidas ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 estão demonstradas a seguir:

Créditos tributários diferidos	31/12/2016		Adições		Baixas		31/12/2017	
Outras provisões temporárias	67.044	63.242	(39.433)	-	90.853	-	-	-
Total	67.044	63.242	(39.433)	-	90.853	-	-	-

Créditos tributários diferidos	31/12/2015		Adições		Baixas		31/12/2016	
Outras provisões temporárias	23.828	132.755	(89.539)	-	67.044	-	-	-
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	1.998	6.047	(8.045)	-	-	-	-	-
Total	25.826	138.802	(97.584)	-	67.044	-	-	-

O saldo de provisões temporárias passivas é de R\$ 4.369 (R\$ 1.940 em 2016).

O estudo da realização do crédito tributário diferido em 31 de dezembro de 2017, está demonstrado a seguir:

Realização do crédito tributário	2017	
Ano-calendário 2018		35.363
Ano-calendário 2019		25.758
Ano-calendário 2020		17.119
Ano-calendário 2021		

...continuação

ING BANK N.V.
CNPJ nº 49.336.860/0001-90



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

Apuração de imposto de renda e contribuição social				
	2017		2016	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	61.190	61.190	121.938	121.938
Provisão para contingências e variação monetária dos depósitos judiciais	(3.652)	(3.652)	3.702	3.702
Provisão para gratificações	1.646	1.646	805	805
Outras adições e exclusões diversas	3.123	3.123	5.152	5.152
Adições ou exclusões permanentes	300	300	203	203
Compensação prejuízo fiscal/base negativa	-	-	-	(9.991)
Base tributável	7.813	7.813	36.167	26.176
IR (alíquota de 15%) e CS (alíquota 20%)	(1.172)	(1.563)	(5.425)	(5.235)
Adicional de IR (alíquota de 10%)	(757)	-	(3.593)	-
Redução de imposto por incentivos	49	-	507	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(1.880)	(1.563)	(8.511)	(5.235)
Ajuste de exercícios anteriores	(1.826)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	(3.706)	(1.563)	(8.511)	(5.235)
Imposto de renda e contribuição social diferido				
Resultado da marcação a mercado	1.163	1.163	(34.661)	(34.661)
Provisões não dedutíveis temporariamente	67.775	(66.026)	127.359	122.437
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	-	-	-	(9.991)
Provisões não dedutíveis CSLL a 15%	-	133.801	-	4.924
Outras diferenças temporárias	(6.561)	(6.561)	47.831	47.831
Base tributável diferida	62.378	62.378	140.529	130.540
Imposto de renda e contribuição social diferido	15.594	5.786	35.132	25.862

Ativo/passivo			
	Grau de relação	2017	2016
Depósitos à vista	Outras partes relacionadas	(152)	(470)
Depósitos interfinanceiros	Outras partes relacionadas	(244.930)	(275.198)
Obrigações por operações compromissadas	Outras partes relacionadas	(641)	(72.536)
Empréstimos no exterior	Controladora	(1.876.533)	(3.875.405)
Outras créditos - câmbio	Controladora	12.260.747	1.439.078
Outras obrigações - câmbio	Controladora	(12.232.386)	(1.498.566)
Outras obrigações - diversas	Controladora	-	(420)
Juros sobre o capital próprio	Controladora	-	(38.237)
Receitas/(despesas)			
Resultado de câmbio	Controladora	10.255.255	(45.865)
Outras receitas operacionais	Controladora/Outras partes relacionadas	22.549	20.798
Despesas de operações compromissadas	Outras partes relacionadas	(453)	(109)
Despesas com depósitos interfinanceiros	Outras partes relacionadas	(24.686)	(34.334)
Resultado de empréstimos no exterior	Controladora	127.040	929.313
Despesa com juros sobre o capital próprio	Controladora	(36.019)	(44.984)

As mencionadas operações foram realizadas, basicamente, com ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A., ING Capital Markets LLC e ING Bank N.V. Amsterdã, em conformidade com a Resolução nº 3.750/09 do BACEN. A remuneração total do pessoal-chave da administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 5.350 (R\$ 4.581 em 2016) de remuneração fixa, e de R\$ 2.878 (R\$ 2.271 em 2016) de remuneração variável, consideradas como benefício de curto prazo.

a) Remuneração baseada em ações

A Filial, participa de um programa global de remuneração de longo prazo "Long-Term Sustainable Performance Plan", patrocinado pelo ING Groep N.V. de Amsterdã. Este Programa está vinculado às condições de desempenho individual e corporativo, sendo que a forma de outorga das ações segue as regras de período de aquisição de direito (*vesting period*), que ocorrem em tranches de 1/3 pelos próximos três anos da data da outorga, regra estabelecida e terá validade enquanto houver vínculo societário do funcionário com a entidade local.

No *vesting date* os participantes poderão optar por ficar com as ações, vender a totalidade ou ficar com parte das ações. A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio de ações é mensurada com base no valor justo na data da outorga do prêmio.

A Filial registrou despesas no valor de R\$ 710 (R\$ 184 em 2016), tendo como contrapartida a conta de "Reserva de capital".

20 Informações adicionais

a) As garantias prestadas no País somam o montante de R\$ 1.081.743 (R\$ 672.973 em 2016). A provisão para garantias financeiras prestadas é

constituída baseada na avaliação das perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados às garantias, bem como características específicas das operações realizadas, consoante os requerimentos da Resolução nº 4.512/16 do Banco Central do Brasil. As provisões são efetuadas aplicando o mesmo critério de provisionamento utilizado para as operações de crédito, de acordo com a Resolução nº 2.682/99 (CMN).

b) A exigência de patrimônio líquido é apurada de forma consolidada, considerando as entidades financeiras do Grupo ING, nos termos da Resolução nº 2.283/96, do Conselho Monetário Nacional e alterações posteriores. Em 31 de dezembro de 2017, o valor do índice de Basileia era de 21,4% (22,6 % em 2016).

c) A Filial patrocina a complementação de aposentadoria de seus empregados através de um Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), estruturado no regime financeiro de capitalização e na modalidade de contribuição definida. As despesas com contribuições efetuadas pela Filial durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 totalizaram R\$ 929 (R\$ 790 em 2016).

d) Outras despesas administrativas correspondem substancialmente a despesas de processamento de dados R\$ 6.696 (R\$ 6.685 em 2016), serviços do sistema financeiro nacional R\$ 2.166 (R\$ 2.695 em 2016), alugueis R\$ 2.534 (R\$ 3.787 em 2016), serviços técnicos especializados R\$ 3.906 (R\$ 5.204 em 2016), serviços de terceiros R\$ 923 (R\$ 1.790 em 2016), despesas com comunicação R\$ 973 (R\$ 987 em 2016), despesa com manutenção e conservação R\$ 1.428 (R\$ 1.445 em 2016), despesas de viagem R\$ 1.043 (R\$ 581 em 2016) e despesas de serviços prestados pelo ING Bank N.V. Amsterdã R\$ 7.515 (não houve em 2016).

e) Outras receitas operacionais correspondem substancialmente à recuperação de encargos e despesas administrativas R\$ 22.549 (R\$ 20.798 em 2016), atualização de depósitos judiciais R\$ 7.955 (R\$ 8.387 em 2016) e variações monetárias ativas de créditos a compensar R\$ 3.613 (não houve em 2016).

f) Outras despesas operacionais correspondem basicamente a atualizações de riscos fiscais no montante de R\$ 3.972 (R\$ 4.841 em 2016), e provisão para despesas com risco de crédito sobre os derivativos no montante R\$ 1.811 (R\$ 828 em 2016).

g) Resultado não operacional no montante de R\$ 11.827, refere-se basicamente ao resgate das ações da CETIP em virtude da unificação da BM&F Bovespa e CETIP, que deram origem a B3, e posterior venda das ações remanescentes da B3 após a unificação.

21 Eventos subsequentes

Em 31 de dezembro de 2017 o Banco detinha operações de cédulas de crédito bancário em atraso no montante de R\$ 127.059, líquido de provisão. Em 26 de fevereiro de 2018, foi celebrado o contrato de cessão da totalidade dessas operações à parte não relacionada a Filial pelo montante de R\$ 138.812, cuja liquidação financeira ocorreu na data de 2 de março de 2018.

A Diretoria

RICARDO E. OTANI - CONTADOR - CRC 1SP221880/O-6

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores do

ING Bank N.V. (Filial de São Paulo)
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as

demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por

fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de março de 2018



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Luciana Liberal Sâmia
Contadora CRC 1SP198502/O-8

<http://www.ingwb.com/network-offices/americas/brasil>

Promon S.A.

CNPJ/MF nº 05.315.149/0001-83 - NIRE 35.300.192.184
Extrato da Ata de Reunião do Conselho de Administração

I - Data, Hora e Local: 15/2/18, 10h, na sede da Companhia; II - Presentes: A totalidade dos membros do Conselho; III - Mesa: Luiz F. T. Rudge - Presidente e Luiz E. Gemignani - Secretário; IV - Ordem do Dia: (a) Eleição de novo Diretor, e (b) Outros assuntos de interesse da Sociedade; V - Deliberações: O Conselho, por unanimidade, elegeu Carlos Alberto Moller Pingarilho, RG 1.368.339 SSP/PA, CPF 255.387.642-49, ao cargo de Diretor, com mandato inicial em 01/03/2018 e prazo final de 3 anos contados de 10/6/16. O diretor eleito prestou declaração de desimpedimento nos termos da lei. Ficou, assim, consolidado o quadro da Diretoria: Diretor Presidente, Luís Eduardo Sym Cardoso e Diretores: Márcio Nieblas Zapater e Carlos Alberto Moller Pingarilho. Encerramento: A ata foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada, autorizando sua publicação em forma de extrato. São Paulo, 15/2/18. (Assinaturas) Luiz F. T. Rudge - Presidente e Luiz E. Gemignani - Secretário; Conselheiros: Luiz F. T. Rudge, Luiz E. Gemignani, Gilson G. Krause, José R. Parreira e João A. G. Albanezi. Diretor eleito: Carlos Alberto Moller Pingarilho. Visto por Luís F. Jardim OAB/SP 307.121 registrada na JUCESP sob nº 134.155/18-0 em 15/3/18 - Flávia R. B. Gonçalves - Secretária Geral.

Cipasa Guarapari Zon1 Desenvolvimento Imobiliário Ltda.

CNPJ: 15.031.633/0001-34 - NIRE: 35.226.256.668

Extrato da Ata de Reunião de Sócios Realizada em 22/12/2017

Data, Hora e Local: 22/12/2017, às 11 horas, na sede social, Rua Joaquim Floriano, nº 466, Bloco C, 8º andar, Edifício Brascan Century Corporate, São Paulo/SP. Presença: Totalidade das sócias. Mesa: Presidente: Pedro Lodovici. Secretário: Luiz Roberto Stucchi. Deliberações Aprovadas por Unanimidade: 1. Redução do capital social em R\$1.000.000,00, considerados excessivos em relação ao objeto social, mediante o cancelamento de 1.000.000 de quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, sendo: i) 999.000,00 quotas da sócia Cipasa Desenvolvimento Urbano S.A.; e 1.000 quotas da sócia Cipasa Part Desenvolvimento Urbano S.A., as quais receberão o valor da redução em moeda corrente nacional, a título de restituição do valor das quotas canceladas. Passando o capital social de R\$ 20.700.000,00 para R\$ 19.700.000,00. 2. Autorizar os administradores a assinar os documentos necessários, após o que, as sócias promoverão a alteração do contrato social. Encerramento: Nada mais. Sócios: Cipasa Desenvolvimento Urbano S.A. e Cipasa Part Desenvolvimento Urbano S.A. ambas por Pedro Lodovici e Luiz Roberto Stucchi

TAQUARI PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 53.536.132/0001-07 - NIRE 35.300.148.410

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Nos termos do artigo 9º, Parágrafo único, do Estatuto Social da Taquari Participações S.A. ("Companhia") e considerando que não houve deliberação acerca das matérias abaixo listadas em Reunião da Diretoria da Companhia realizada em 16 de março 2018 em razão de empate no número de votos proferidos pelos Diretores, ficam os Srs. Acionistas convocados para, se quiserem, comparecer à Assembleia Geral Extraordinária a se realizar no dia 29 de março de 2018, às 10h, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (a) prosseguimento das negociações relativas à venda da participação da Companhia no Shopping Metrô Tatuapé; e (b) tomada de empréstimo junto ao Banco Original. A Assembleia Geral Extraordinária ora convocada não se destina a deliberar sobre reforma estatutária e independe de apresentação prévia dos "documentos pertinentes à matéria" a que se refere o artigo 135, § 3º, da Lei nº 6.404/76.

São Paulo, 20 de março de 2018

Srs. Diretores Elisabeth Steinbruch Schwarz e Ricardo Steinbruch

Relatório da Administração

Apresentação

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) submete à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as respectivas notas explicativas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, bem como o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho

No exercício de 2017 a Filial apresentou um lucro líquido de R\$ 2,7 milhões, versus um prejuízo de R\$ 16,5 milhões no exercício de 2016. A variação positiva no período reflete, principalmente, o aumento das receitas de prestação de serviços, e a redução das despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Em 31 de dezembro de 2017 a Filial possui títulos privados classificados como "mantidos até o vencimento". Para estes títulos, a administração possui intenção e capacidade financeira para mantê-lo nesta classificação em atendimento a Circular nº 3.068 do BACEN.

Índice de Basileia

A Filial adota a apuração dos limites de Basileia de forma consolidada, com base nos dados financeiros do Conglomerado Prudencial, e de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil. Em 31 de dezembro de 2017, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 21%.

Gerenciamento de Riscos

A Filial possui áreas de riscos específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes. Conforme determinado pelas regras do Banco Central, os relatórios das estruturas de gerenciamento de risco operacional, de mercado, de crédito e gerenciamento de capital estão disponíveis na sede da Filial, e as informações requeridas pela Circular nº 3.678/13 do BACEN e a estrutura de gerenciamento do risco de liquidez são divulgadas no sítio da instituição na internet, no <http://www.ingwb.com/network-offices/americas/brasil>.

Agradecimentos

A Filial agradece aos seus clientes, colaboradores e fornecedores pela parceria, confiança, dedicação e profissionalismo.

São Paulo, 20 de março de 2018.

A Diretoria.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

	Semestre	Exercício	Exercício
	2017	2017	2016
Receitas da intermediação financeira	247.766	494.831	448.677
Operações de crédito	15.264	45.963	57.178
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	129.073	318.940	391.499
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	35.313	-	-
Resultado de operações de câmbio	68.116	129.928	-
Resultado das aplicações compulsórias	-	-	-
Despesas de intermediação financeira	(279.508)	(488.568)	(470.984)
Operações de captação no mercado	(71.359)	(177.990)	(134.104)
Operações de empréstimos e repasses	(151.574)	(130.892)	1.246.147
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	(119.645)	(521.826)
Resultado de operações de câmbio	-	-	(939.263)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(56.575)	(60.041)	(121.938)
Resultado bruto da intermediação financeira	(31.742)	6.263	(22.307)
Outras receitas/despesas operacionais	(10.645)	(29.347)	(41.510)
Receitas de prestação de serviços	26.615	40.541	22.125
Despesas de pessoal	(34.811)	(57.701)	(56.668)
Outras despesas administrativas	(16.664)	(32.197)	(28.494)
Despesas tributárias	(7.395)	(16.015)	(10.377)
Outras receitas operacionais	23.386	42.220	37.799
Outras despesas operacionais	(1.776)	(6.195)	(5.895)
Resultado operacional	(42.387)	(23.084)	(63.817)
Resultado não operacional	4.702	11.827	33
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(37.685)	(11.257)	(63.784)
Imposto de renda e contribuição social	27.467	16.111	47.248
Provisão para imposto de renda	4.345	(3.706)	(8.511)
Provisão para contribuição social	4.973	(1.563)	(5.235)
Ativo fiscal diferido	18.149	21.380	60.994
Participações estatutárias no lucro	(1.085)	(2.120)	-
Lucro/prejuízo líquido do semestre/exercício	(11.303)	2.734	(16.536)
Juros sobre capital próprio	(36.019)	(36.019)	(44.984)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto

Exercícios findos em dezembro de 2017 e 2016 e Semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

	Semestre	Exercício	Exercício
	2017	2017	2016
Atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado do semestre/exercício	41.555	52.320	106.308
Lucro líquido do semestre/exercício	(11.303)	2.734	(16.536)
Depreciações e amortizações	328	662	722
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	56.575	60.041	121.938
Outras reservas	657	710	184
Resultado não operacional	(4.702)	(11.827)	-
Variação de ativos e passivos	445.538	(2.201.569)	2.452.875
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(404.679)	(216.998)	(25.013)
(Aumento) redução em aplicações interfinanceiras	-	-	(145.454)
(Aumento) redução em relações interfinanceiras	105	41	5.984
(Aumento) redução em operações de crédito	104.252	27.984	260.475
(Aumento) redução em outros créditos	(4.907.804)	(8.307.231)	763.868
(Aumento) redução em outros valores e bens	36	56	28
(Redução) aumento em depósitos no mercado aberto	638.285	123.407	1.331.069
(Redução) aumento em captações por empréstimos	(8.264)	(71.895)	72.536
(Redução) aumento em obrigações de interdependências	(202.396)	(2.424.359)	(723.626)
(Redução) aumento em relações de interdependências	(60.032)	(2.406)	(88.539)
(Redução) aumento em instrumentos financeiros derivativos	(118.938)	(356.901)	256.534
Aumento (Redução) em outras obrigações	5.406.632	9.029.976	746.059
(Redução) aumento em resultados de exercícios futuros	(1.659)	(3.243)	(1.046)
Caixa líquido originado em atividades operacionais	487.093	(2.149.249)	2.559.183
Atividades de investimento			
Alienação (Aquisição) de outros investimentos	4.702	12.036	-
Aquisição (Alienação) de imobilizado de uso	560	644	500
Aquisição (Alienação) de intangível	-	-	7
Caixa líquido originado em atividades de investimento	5.262	12.680	507
Atividades de financiamento			
Juros sobre capital próprio	-	-	(44.984)
Caixa (Aplicado) em atividades de financiamento	-	-	(44.984)
Aumento (Redução) nos fluxos de caixa	492.355	(2.136.569)	2.514.706
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	994.355	3.623.279	1.108.573
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	1.486.710	1.486.710	3.623.279
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	492.355	(2.136.569)	2.514.706

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanços patrimoniais

em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Ativo	2017		2016		Passivo	2017		2016	
Circulante	16.479.265	10.631.404	Circulante	15.483.187	10.236.165				
Disponibilidades	23.289	41.174	Depósitos	1.274.455	1.983.943				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.463.421	2.806.810	Depósitos à vista	152	470				
Aplicações no mercado aberto	1.237.281	2.541.291	Depósitos interfinanceiros	353.322	320.229				
Aplicações em depósitos interfinanceiros	150.061	265.519	Depósitos a prazo	920.981	1.663.244				
Aplicações em moeda estrangeira	76.079	-	Captações no mercado aberto	641	72.536				
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	1.076.457	1.876.027	Carteira própria	641	72.536				
Carteira própria	837.083	1.340.767	Relações interdependências	15.185	17.591				
Vinculados à recompra	642	72.756	Recursos em trânsito de terceiros	15.185	17.591				
Vinculados à prestação de garantias	187.821	159.537	Obrigações por empréstimos	2.051.654	4.716.836				
Instrumentos financeiros derivativos	50.911	302.967	Empréstimos no exterior	2.051.654	4.716.836				
Relações interfinanceiras	1.529	1.570	Instrumentos financeiros derivativos	78.274	428.188				
Créditos vinculados:			Instrumentos financeiros derivativos	78.274	428.188				
Depósitos no Banco Central do Brasil	1.394	1.443	Outras obrigações	12.062.978	3.017.071				
Correspondentes	135	127	Carteira de câmbio	12.003.659	2.917.965				
Operações de crédito	211.623	486.082	Fiscais e previdenciárias	17.008	25.531				
Operações de crédito - setor privado	339.105	562.515	Negociação e intermediação de valores	38	1.904				
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (-)	(127.482)	(76.433)	Diversas	42.273	71.671				
Outros créditos	13.702.515	5.419.254	Exigível a longo prazo	1.407.266	351.162				
Carteira de câmbio	13.673.823	5.381.379	Depósitos	868.493	35.598				
Rendas a receber	1.860	302	Depósitos interfinanceiros	-	-				
Negociação e intermediação de valores	585	-	Depósitos a prazo	868.493	35.598				
Diversos	58.840	62.546	Obrigações por empréstimos	240.823	-				
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (-)	(32.593)	(24.973)	Empréstimos no exterior	240.823	-				
Outros valores e bens	431	487	Instrumentos financeiros derivativos	652	7.639				
Despesas antecipadas	431	487	Instrumentos financeiros derivativos	652	7.639				
Realizável a longo prazo	915.510	465.219	Outras obrigações	297.298	307.925				
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	248.602	8.507	Carteira de câmbio	228.727	221.025				
Carteira própria	234.369	-	Fiscais e previdenciárias	-	68.798				
Instrumentos financeiros derivativos	14.233	8.507	Diversas	68.571	18.102				
Operações de crédito	273.375	79.320	Resultados de exercícios futuros	2.713	5.956				
Operações de crédito - setor privado	33.151	79.320	Resultado de exercícios futuros	2.713	5.956				
Financiamentos - setor privado	241.596	-	Patrimônio líquido	503.587	505.546				
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (-)	(1.372)	-	Capital:						
Outros créditos	393.533	377.392	De domiciliados no exterior	350.492	350.492				
Carteira de câmbio	228.344	215.900	Aumento de capital	30.616	-				
Diversos	165.189	161.492	Reserva de capital	3.170	2.460				
Permanente	1.978	2.206	Reserva de lucros	119.309	152.594				
Investimentos	40	249							
Outros investimentos	40	249							
Imobilizado de uso	1.911	1.903							
Outras imobilizações de uso	12.938	12.294							
(-) Depreciações acumuladas	(11.027)	(10.391)							
Intangível	27	54							
Ativos intangíveis	385	385							
(-) Amortização acumulada	(358)	(331)							
Total do ativo	17.396.753	11.098.829	Total do passivo	17.396.753	11.098.829				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

Eventos	Capital social	Aumento de capital	Reserva de capital	Reserva de lucros		Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total
				Legal	Estatutária		
Saldos em 31 de dezembro de 2015	350.492	-	2.276	35.810	211.214	-	599.792
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(16.536)	(16.536)
Reserva estatutária	-	-	-	-	(61.520)	61.520	-
Outras reservas	-	-	184	-	-	-	184
Dividendos pagos	-	-	-	-	(32.910)	-	(32.910)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(44.984)	(44.984)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	350.492	-	2.460	35.810	116.784	-	505.546
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	2.734	2.734
Aumento de capital	-	30.616	-	-	-	-	30.616
Constituição de reserva legal	-	-	-	137	-	(137)	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	(33.422)	33.422	-
Outras reservas	-	-	710	-	-	-	710
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(36.019)	(36.019)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	350.492	30.616	3.170	35.947	83.362	-	503.587
Saldos em 30 de junho de 2017	350.492	-	2.513	36.512	116.784	13.335	519.637
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	-	-	(11.303)	(11.303)
Aumento de capital	-	30.616	-	-	-	-	30.616
Constituição de reserva legal	-	-	-	(565)	-	565	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	(33.422)	33.422	-
Outras reservas	-	-	657	-	-	-	657
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(36.019)	(36.019)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	350.492	30.616	3.170	35.947	83.362	-	503.588

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

O ING Bank N.V., (Filial de São Paulo), por meio de autorização outorgada pelo Decreto nº 94.368, de 25 de maio de 1987, opera no Brasil como filial do ING Bank N.V. de Amsterdã, Holanda, o qual possui a totalidade do capital da filial. A Filial está autorizada a praticar operações de banco comercial, inclusive câmbio e custódia de títulos e valores mobiliários.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e normas emanadas do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e incluem estimativas contábeis que consideram fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a provisão para contingências, registradas de acordo com a Resolução nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009 e Carta-Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, do BACEN, e a valorização de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Filial revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

3 Resumo das principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Consideram-se caixa e equivalentes de caixa as disponibilidades e aplicações financeiras, com prazo de vencimento igual ou inferior a noventa dias contados da data de sua emissão, cujos recursos podem ser convertidos imediatamente em caixa, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança em seu valor.

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos classificados para negociação e os disponíveis para venda são avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado e os classificados como títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados ao valor recuperável, quando aplicável.

Os títulos para negociação estão classificados no ativo circulante, independente do prazo de vencimento.

Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados para negociação são reconhecidos no resultado do período.

Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada de patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, sendo transferidos para resultado do período quando da efetiva realização, por meio da venda definitiva dos respectivos títulos e valores mobiliários.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o Banco não possui títulos classificados como disponível para venda.

d) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, nos termos da Circular nº 3.082/02, do Banco Central do Brasil, e regulamentações supervenientes.

As transações com instrumentos financeiros derivativos realizadas para atender necessidades de clientes ou em operações por conta própria, que não observam os critérios de proteção estabelecidos na Circular nº 3.082/02 e regulamentações supervenientes, são avaliadas pelo seu valor de mercado e os ganhos e as perdas são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a riscos de moeda, taxa de juros ou para modificar a característica de ativos e passivos financeiros, cujas alterações no seu valor de mercado estejam diretamente correlacionadas com as alterações no valor de mercado dos itens objeto de proteção, desde o início e ao longo da vida do contrato, são classificados de acordo com a sua natureza:

- **Hedge de risco de mercado** - destina-se a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de "hedge" e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do período. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Filial possui instrumentos financeiros classificados nessa categoria.
- **Hedge de fluxo de caixa** - destina-se a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários. Os respectivos itens objeto de "hedge" são ajustados pelo valor de mercado na data do balanço. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Filial não possui instrumentos financeiros derivativos classificados nessa categoria.

e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operação de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, conforme demonstrado na Nota 8b.

f) Permanente

As participações acionárias, não destinadas à manutenção da Filial, e títulos patrimoniais são demonstrados pelo seu valor de custo.

Até dezembro de 2016 o ativo imobilizado era demonstrado ao custo de aquisição, deduzido pela depreciação acumulada. A depreciação do imobilizado era calculada pelo método linear, com base no prazo de vida útil estimado dos bens. As taxas de depreciação anuais eram: 10% para móveis, utensílios, equipamentos de comunicação, sistema de segurança e instalações; 20% para veículos e 20% para equipamentos de processamento de dados.

A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.535 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 24 de novembro de 2016, os novos imobilizados estão sendo reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponderá ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o período de tempo durante o qual o Banco espera utilizar o ativo.

g) Redução ao valor recuperável dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas,

operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

h) Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, foram atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações foram refletidas no resultado do exercício.

i) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real anual excedente aos limites fiscais estabelecidos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 20% do lucro antes do imposto de renda apurado no período. A majoração da alíquota à 20% aplica-se até 31 de dezembro de 2018 e a partir de 01 de janeiro de 2019 a alíquota volta a ser de 15%.

Os créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social são calculados sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa, em conformidade com o respectivo estudo de realização futura, determinada pela Resolução nº 3.059/02 do BACEN e são constituídos as taxas vigentes à época das demonstrações financeiras, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos sendo realizado quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes e serão realizados, também, conforme alíquota vigente descrita no parágrafo acima. Os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social apurados em exercícios anteriores são compensados respeitado o limite de 30% do lucro tributável.

j) Apuração de resultado

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, observado o critério "pro rata temporis" para as despesas e receitas de natureza financeira.

k) Remuneração baseada em ações

Conforme CPC 10 (Resolução nº 3.989/11), para transações de pagamentos baseadas em ações liquidadas em instrumento de patrimônio, a Filial mensurará os bens ou serviços recebidos e o correspondente aumento no patrimônio líquido pelo valor justo.

4 Gerenciamento de riscos

O gerenciamento e o acompanhamento das exposições aos riscos de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional são efetuados por áreas independentes de forma consolidada, como segue:

Risco de mercado - a área responsável pelo gerenciamento do risco de mercado (MRM) está subordinada a Diretoria responsável pelos riscos do Conglomerado. A possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo Conglomerado, são gerenciadas através de estrutura que contempla políticas, processos, procedimentos e sistemas necessários, para identificar, mensurar, monitorar e controlar a exposição ao risco de mercado.

As exposições decorrentes das flutuações nas taxas de juros, câmbio e preços de ativos financeiros são administradas utilizando-se a metodologia do "Value at Risk", aplicação de "Stress Testing" com base em cenários históricos e hipotéticos, limites estabelecidos pela Administração da Filial, dentre outros, com acompanhamento diário das exposições para cada tipo de risco de mercado. Desta forma, a exposição a riscos é mantida de acordo com os limites estabelecidos pela Filial.

Risco de crédito - as exposições a eventuais perdas decorrentes de inadimplência de contrapartes são minimizadas mediante rigoroso controle de processo de aprovação de crédito, considerando a avaliação econômico-financeira do tomador/contraparte e das empresas associadas ao seu grupo econômico, as condições do setor de atuação, ambiente regulatório, reputação dos administradores, dentre outros.

Risco de liquidez - as exposições decorrentes de descasamentos de prazos entre ativos e passivos e moedas de liquidação são administradas através da simulação de cenários que consideram os parâmetros de liquidez de mercado e produtos em condições normais e de stress, inclusive para cobertura dos passivos contingenciais, com o objetivo de manter os limites mínimos de liquidez estabelecidos pela Administração da Filial, dentre outros.

Risco operacional - a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência, ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos são gerenciadas através de estrutura criada com essa finalidade, que contempla instrumentos de identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação de riscos operacionais desenvolvidos pela Matriz (Amsterdã - Holanda). A Administração da Filial participa ativamente no processo de implementação e manutenção desta estrutura, estabelecendo regras e mandatos que atribuam deveres e responsabilidades e disseminam a política de risco operacional aos diversos níveis da Filial. Para o cálculo da parcela referente ao risco operacional, definida pela Circular nº 3.640/13 do Banco Central do Brasil, foi adotada a metodologia de Abordagem do Indicador Básico.

Gerenciamento de capital - a estrutura de gerenciamento é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e com a exposição aos riscos. A Filial possui políticas e processos definidos para realizar o monitoramento e controle do capital, avaliar prospectivamente a necessidade de capital adicional, frente aos riscos e orçamento de capital. O gerenciamento é feito em conjunto para as empresas que compõem o conglomerado prudencial, cuja instituição líder é a Filial.

A área de finanças, com o apoio das áreas de riscos e tesouraria da Filial, é responsável pela preparação e revisão das políticas e da estrutura de gerenciamento de capital. Além disso, é responsável pela apuração do Patrimônio de Referência e do Patrimônio de Referência Mínimo, consolidação das informações provenientes das áreas de riscos, tais como testes de estresse, e preparação dos relatórios gerenciais utilizados pelo Comitê de Ativos e Passivos (ALCO) para monitorar a suficiência de capital. O ALCO é responsável pela aprovação das políticas e estrutura de gerenciamento de capital. Este se reúne mensalmente e, entre outras atividades, é responsável por analisar se há capital disponível suficiente, para cobrir as necessidades de capital requerido mínimo, o impacto dos testes de estresse sobre o capital, e o plano de negócios para os próximos três anos. O Comitê é formado pelos membros da Administração da Filial, áreas de Riscos, Tesouraria e Finanças.

5 Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o caixa e equivalentes de caixa estavam compostos por:

	2017	2016
	Circulante	Circulante
Caixa e equivalentes de caixa		
Disponibilidades	23.289	41.174
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.463.421	2.806.810
Títulos e valores mobiliários	-	775.295
Total	1.486.710	3.623.279

A carteira de aplicações interfinanceiras de liquidez é composta principalmente por operações compromissadas no montante de R\$ 1.237.281 (R\$ 2.541.291 em 2016) lastreadas em títulos públicos, com vencimento em até três meses a contar da data de aquisição.

6 Títulos e valores mobiliários

A composição da carteira de títulos e valores mobiliários, o custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, o valor de

mercado e a segregação por faixas de vencimento estão demonstradas como segue:

Títulos e valores mobiliários	2017			
	Até 3 meses	Acima de 1 ano	Valor mercado	Custo atualizado
Carteira própria para negociação				
Letras do tesouro nacional	837.083	-	837.083	833.777
	837.083	-	837.083	833.777
Vinculados à recompra				
Letras do tesouro nacional	642	-	642	641
	642	-	642	641
Vinculados à prestação de garantias				
Letras do tesouro nacional	165.591	-	165.591	165.334
Cotas de fundos de investimento	22.230	-	22.230	22.230
	187.821	-	187.821	187.564
Total de títulos para negociação	1.025.546	-	1.025.546	1.021.982
Carteira própria de títulos mantidos até o vencimento				
Debêntures	-	234.369	234.369	234.369
	-	234.369	234.369	234.369
Total de títulos mantidos até o vencimento	-	234.369	234.369	234.369
Total geral	1.025.546	234.369	1.259.915	1.256.351

Títulos e valores mobiliários	2016				
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor mercado	Custo atualizado
Carteira própria para negociação					
Letras do tesouro nacional	775.294	548.195	8.053	1.331.542	1.330.864
Notas do tesouro nacional	9.225	-	-	9.225	9.224
	784.519	548.195	8.053	1.340.767	1.340.088
Vinculados à recompra					
Para negociação					
Letras do tesouro nacional	-	72.252	504	72.756	72.239
	-	72.252	504	72.756	72.239
Vinculados à prestação de garantias					
Para negociação					
Letras do tesouro nacional	-	84.325	75.212	159.537	157.975
	-	84.325	75.212	159.537	157.975
Total geral	784.519	704.772	83.769	1.573.060	1.570.302

O valor de mercado dos títulos classificados para negociação representa o fluxo de caixa futuro trazido a valor presente pelas taxas calculadas a partir da estrutura a termo das taxas de juros estimadas pela ANBIMA ou agentes de mercado.

Os títulos públicos federais encontram-se custodiados em conta própria do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC).

Foi constituída provisão para redução ao valor recuperável da carteira de debêntures considerada suficiente pela Administração, que atende aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN).

A carteira de debêntures encontra-se custodiada em instituição financeira privada. Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

7 Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos são registradas em contas patrimoniais ou de compensação e têm como finalidade reduzir a exposição de posições proprietárias da Filial a riscos de mercado, decorrentes de flutuações nas taxas de juros, câmbio e preços de ativos financeiros, ou atender necessidades de "hedge" de clientes.

A política de utilização de instrumentos financeiros derivativos, o estabelecimento de estratégias, os controles dos riscos associados a cada estratégia de atuação, bem como limites estabelecidos para essas posições, observam normas emanadas da Administração da Filial, como segue:

- **Hedge** - operações com instrumentos financeiros derivativos que têm por objetivo compensar a flutuação no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros objeto de proteção;
- **Negociação** - operações com instrumentos financeiros derivativos utilizados, principalmente, para administrar a exposição de posições proprietárias e atender necessidades de "hedge" de clientes.

Os contratos futuros negociados no âmbito da B3 Brasil Bolsa Balcão (B3), são instrumentos financeiros derivativos mais utilizados em decorrência de sua liquidez e do mecanismo de ajustes diários que minimizam a exposição a riscos de crédito.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuro, considerando as taxas divulgadas pela ANBIMA, B3 ou agente de mercado, quando necessário.

Os valores de custo, mercado, e por faixa de vencimento dos instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais, estão demonstrados a seguir:

Instrumentos financeiros derivativos	2017				
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima contábil/ de 1 ano	Valor contábil/ mercado	Custo atualizado
Ativo - Negociação					
Swaps					
- Moeda estrangeira	-	-	8.269	8.269	7.152
- Taxa de juros	7.571	-	-	7.571	6.930
Ativo - Mercado a termo					
- Moeda estrangeira	13.082	30.258	5.964	49.304	56.553
Totais por faixa de vencimento em 2017	20.653	30.258	14.233	65.144	70.635
Totais por faixa de vencimento em 2016	190.791	112.176	8.507	311.474	289.457
Passivo - Negociação					
Swaps					
- Moeda estrangeira	(5.141)	(26.788)	(343)	(32.272)	(42.849)
Passivo - Mercado a termo					
- Moeda estrangeira	(17.364)	(27.971)	(309)	(45.644)	(41.055)
Outros	(1.010)	-	-	(1.010)	(1.010)
Totais por faixa de vencimento em 2017	(23.515)	(54.759)	(652)	(78.926)	(84.914)
Totais por faixa de vencimento em 2016	(188.700)	(239.488)	(7.639)	(435.827)	(406.158)

...continuação

ING BANK N.V.
CNPJ nº 49.336.860/0001-90

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

As operações com instrumentos financeiros derivativos estão registradas na B3, cujos valores referenciais são contabilizados em contas de compensação, como segue:

Contratos	2017				Total
	Futuros	Termo	Swap	Hedge	
Negociação					
- Moeda estrangeira	2.111.153	4.270.206	1.404.950	-	7.786.309
- Taxa de juros	6.196.983	-	341.210	-	6.538.193
Hedge - risco de mercado					
- Taxa de juros	-	-	-	343.284	343.284
Total 2017	8.308.136	4.270.206	1.746.160	343.284	14.667.786
Total 2016	11.436.641	9.102.686	1.413.616	-	21.952.943

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos, realizadas junto à B3, foram requeridas margens no valor de R\$ 187.821 (R\$ 159.536 em 2016), garantidas mediante a vinculação de títulos públicos.

Hedge risco de mercado

Para proteção do risco de mercado de eventuais variações das taxas praticadas pelo mercado, a Filial negociou futuros com vencimento até janeiro de 2020. Os itens objeto de hedge são representados por operações de crédito (cédula de crédito bancário) e certificados de depósitos bancários, e possuem vencimento em até janeiro de 2020, proporcionando a efetividade desejada da cobertura do risco e minimizando assim os riscos oriundos das operações-objeto.

Instrumento de hedge	Valor referencial	Valor de mercado	Ajuste MTM
Futuros - DI	(333.213)	(343.284)	(10.071)
Objeto de hedge			
Operações de crédito	34.610	41.259	6.649
CDB	300.000	303.181	3.181

Os valores líquidos dos ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de resultado no exercício estão demonstrados a seguir:

Contratos	2017	2016
Futuros	142.658	(482.060)
Swaps	(13.291)	271.578
Termo	(249.070)	(311.084)
Outros	58	(260)
Total	(119.645)	(521.826)

8 Operações de crédito

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a carteira de operações de crédito, passíveis de classificação por nível de risco de acordo com a Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN), tem a seguinte composição:

a) Setor de atividade

Operações de crédito	2017	2016
Setor privado		
Indústria	547.436	417.425
Outros serviços	66.402	224.370
Pessoas físicas	14	40
Total (*)	613.852	641.835

(*) Inclui ajuste de valor de mercado de operações classificadas como *hedge accounting* no valor de R\$ 823 (R\$ 1.795 em 2016).

Adiantamento sobre contratos de câmbio (Nota 9)

Setor privado	2017	2016
Indústria	1.106.507	1.520.229
Comércio	351.492	916.479
Outros serviços	128.575	198.476
Total	1.586.574	2.635.184

b) Nível de risco

Nível de risco	%	Valor da provisão		Valor da carteira	
		2017	2016	2017	2016
AA	0%	-	-	324.504	2.196.373
A	0,5%	3.127	2.630	626.116	526.089
B	1%	8.921	2.312	892.123	231.216
C	3%	970	-	32.331	-
E	30%	21.370	96.464	71.233	321.545
F	50%	127.059	-	254.119	-
Total		161.447	101.406	2.200.426	3.275.223

c) Vencimento

Vencimento	2017	2016
A vencer até 90 dias	364.823	991.834
A vencer de 91 a 360	1.306.736	2.185.064
A vencer acima de 360	274.748	98.325
Vencidas até 180	254.119	-
Total	2.200.426	3.275.223

d) Movimentação da provisão

Provisão	2017	2016
Saldo Inicial	101.406	273
Constituição	1.035.030	319.134
Reversão	(974.989)	(218.001)
Saldo final	161.447	101.406

Em 31 de dezembro de 2017 há operações renegociadas no montante de R\$ 325.352 (R\$ 248.249 em 2016).

9 Carteira de câmbio

Carteira de câmbio	2017		2016	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Ativo				
Câmbio comprado a liquidar	7.710.599	120.111	3.876.859	108.248
Direitos sobre venda de câmbio	5.919.157	108.233	1.451.137	107.652
Rendas a receber de adiantamento concedido (Nota 8)	44.067	-	53.383	-
Total	13.673.823	228.344	5.381.379	215.900
Passivo				
Câmbio vendido a liquidar	6.084.502	120.494	1.385.193	113.373
Obrigações por compra de câmbio	7.461.664	108.233	2.085.576	2.136.649
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 8)	(1.542.507)	-	(552.804)	(2.028.997)
Total	12.003.659	228.727	2.917.965	221.025

10 Outros créditos - diversos

Créditos diversos	2017		2016	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Créditos tributários - impostos e contribuições (Nota 18)	35.363	55.490	34.457	32.588
Impostos a compensar	21.558	4.962	23.236	236
Depósitos judiciais (Nota 15.d)	-	104.737	-	127.846
Adiantamentos a funcionários e terceiros	400	-	179	25
Devedores diversos país	1.519	-	4.675	797
Total	58.840	165.189	62.547	161.492

11 Depósitos e captações no mercado aberto

Em 31 de dezembro de 2017, as captações em depósitos interfinanceiros, depósitos a prazo e no mercado aberto são efetuadas a taxas de mercado. Seus vencimentos estão assim distribuídos:

Depósitos e captações	Sem vencimento	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	Total
Depósito à vista	152	-	-	-	152
Depósito interfinanceiros	-	108.392	244.930	-	353.322
Depósito a prazo	-	550.559	370.422	868.493	1.789.474
Captações no mercado aberto	-	641	-	-	641
Total por faixas de vencimento em 2017	152	659.592	615.352	868.493	2.143.589
Total por faixas de vencimento em 2016	470	1.210.176	845.833	35.598	2.092.077

12 Obrigações por empréstimos e repasses do exterior

Empréstimos no exterior correspondem basicamente a recursos captados através de linha de crédito exportação, no montante de US\$ 567.920 (US\$ 822.188 em 2016) que representa

R\$ 1.878.339 (R\$ 2.679.099 em 2016), a taxa de juros de até 7,5% ao ano e vencimentos até janeiro de 2019, e linha de crédito tomada com a matriz no montante de US\$ 125.216 (US\$ 625.360 em 2016) que representa R\$ 414.138 (R\$ 2.037.737 em 2016) com vencimentos até junho de 2018.

13 Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

Obrigações fiscais e previdenciárias	2017		2016	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Impostos e contribuições a recolher	9.195	-	9.846	-
Imposto de renda e contribuição social	3.444	-	13.746	-
Provisão para riscos fiscais (*)	-	-	-	68.798
Impostos e contribuições diferidos	4.369	-	1.939	-
Total	17.008	-	25.531	68.798

14 Outras obrigações - diversas

Obrigações diversas	2017		2016	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Juros sobre capital próprio	-	-	38.237	-
Provisão para despesas de pessoal	13.503	1.342	9.234	2.123
Provisão para contingências (Nota 15b e c) (*)	-	64.161	-	10.964
Provisão para perdas com avais e fianças	20.101	1.498	21.627	-
Diversos	8.669	1.570	2.573	5.015
Total	42.273	68.571	71.671	18.102

(*) Os valores de provisões fiscais foram reclassificados por orientação do Banco Central, da linha de provisões para riscos fiscais para Outras obrigações diversas - Provisão para contingências.

15 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

a) Ativos contingentes: em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não foram reconhecidos ativos contingentes e não há processos classificados como prováveis de realização.

b) Passivos contingentes: a Filial possui processos administrativos e judiciais, de natureza tributária, trabalhista e cível, movidos por ex-funcionários e órgãos reguladores e a provisão para contingência é constituída com base na avaliação de assessores legais externos, que levam em consideração a probabilidade de desembolso de recursos financeiros para a liquidação dessas obrigações. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as provisões constituídas são consideradas suficientes para atender a eventuais perdas decorrentes de decisões desfavoráveis ao final desses processos.

	Baixas/ Reversões			
	31/12/2016	Adições	Reversões	31/12/2017
Trabalhistas	10.964	5.331	(1.004)	15.291
Total	10.964	5.331	(1.004)	15.291

	Baixas/ Reversões			
	31/12/2015	Adições	Reversões	31/12/2016
Trabalhistas	3.616	11.229	(3.881)	10.964
Total	3.616	11.229	(3.881)	10.964

b.1) Passivos contingentes classificados como perda possível e sem provisão: a Filial possui processos administrativos e judiciais de natureza tributária cuja probabilidade de perda é avaliada como possível pela administração e assessores legais externos e para as quais não foram constituídas provisões. Dentre esses processos, relacionamos os mais relevantes:

- Auto de Infração que tem como objeto a exigência de COFINS, em virtude de deduções supostamente indevidas de despesas de *hedge*, no valor atualizado de R\$ 20.736 (R\$ 20.087 em 2016). Foi julgado improcedente no CARF. A Filial recorreu à esfera judicial, pendente de julgamento.
- Auto de Infração que tem como objeto a exigência de imposto de renda e contribuição social, em virtude de deduções supostamente indevidas de despesas de gratificações e participações nos lucros e resultados, no valor atualizado de R\$ 11.129 (R\$ 10.119 em 2016). O processo encontra-se na esfera judicial, e aguarda julgamento.
- Auto de Infração sobre dedução de depósito judicial da estimativa de IRPJ e CSLL no ajuste anual, no valor de R\$ 6.055 (R\$ 5.753 em 2016). O processo encontra-se na esfera administrativa e aguarda julgamento.
- Auto de Infração cobrando as contribuições previdenciárias incidentes sobre PLR (ano-calendário 2005 e 2006), no valor de R\$ 5.853 (R\$ 5.619 em 2016). O processo encontra-se na esfera administrativa e aguarda julgamento.
- Auto de infração de PIS pela impossibilidade de dedução das despesas advindas dos contratos de *swap* (fins de *hedge*), no valor de R\$ 2.587

(R\$ 2.482 em 2016). O processo encontra-se na esfera administrativa e aguarda julgamento.

Adicionalmente aos processos acima relacionados, a Filial possui outros processos com probabilidade de perda possível no montante de R\$ 7.217 (R\$ 6.231 em 2016).

c) Obrigações legais: representadas, basicamente, por exigíveis relativos às obrigações de natureza tributária, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão e classificadas na rubrica "Provisão para Contingências" (Nota 14). As principais obrigações referem-se a processos vinculados à Anistia no montante de R\$ 16.786 (R\$ 15.915 em 2016) e PIS e COFINS contingencial no montante de R\$ 22.630 (R\$ 21.178 em 2016). Todos os processos citados possuem depósitos judiciais.

d) Depósitos judiciais: correspondem, basicamente, a processos judiciais relativos a obrigações legais de natureza tributária descritas no item anterior. Os principais valores depositados estão relacionados à diferença de alíquotas de CSLL no montante de R\$ 24.316 (R\$ 22.759 em 2016), depósitos vinculados a Anistia R\$ 21.007 (R\$ 20.136 em 2016), depósito referente discussão sobre ampliação da base do PIS e COFINS R\$ 23.389 (R\$ 21.803 em 2016), depósito judicial referente compensação dos prejuízos apurados nos exercícios de 1989 até 1991, no montante de R\$ 5.578 (R\$ 5.238 em 2016), depósito sobre omissão de receitas de IRPJ e CSLL 2003 e 2004, no montante de R\$ 5.278 (não havia em 2016), dedutibilidade da despesa de PLR de estatutários para IRPJ e CSLL 2006 e 2007 no montante de R\$ 11.129 (não havia em 2016), e PIS (08 a 12/2004) - glosa de perdas em operações com derivativos consideradas pela RFB "sem finalidade de *hedge*", no montante de R\$ 2.886 (não havia em 2016). O saldo remanescente de R\$ 11.154 (R\$ 9.056 em 2016) é composto, basicamente, por depósitos administrativos para interposição de recursos fiscais e depósitos trabalhistas.

16 Operações vinculadas

As operações ativas amparadas pela Resolução BACEN nº 2.921/02 e normas posteriores estão assim representadas:

Descrição	2017		2016	
	Ativo	Passivo (despesa)	Ativo	Passivo (despesa)
Operações de crédito	1.588.634	-	108.681	2.689.255
Empréstimos do exterior	-	1.586.479	(102.034)	-
Total	1.588.634	1.586.479	6.647	2.689.255

O Resultado líquido das operações vinculadas é de R\$ 6.647 (R\$ 10.156 em 2016).

Não há operações ativas vinculadas em situação de inadimplência ou questionamento judicial, nem sobre os recursos entregues ou colocados à disposição nessas operações.

17 Patrimônio líquido

O capital social da Filial corresponde a R\$ 350.492, referente a investimentos da Matriz, acréscido de lucros capitalizados e das reservas incorporadas ao capital.

A reserva de lucros é constituída ao final de cada exercício social na forma prevista na legislação societária brasileira, sem designação específica, podendo ser utilizada para distribuição de dividendos ou futuro aumento de capital, de acordo com o que for definido pelos controladores da Filial. Conforme Deliberação ocorrida em 28 de dezembro de 2017, foram aprovados: o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 36.019, relativo ao exercício de 2017, e a respectiva capitalização desse valor, líquido de impostos. Adicionalmente, houve uma Deliberação em 11 de janeiro de 2018, que aprovou um aumento de capital no valor de R\$ 77.152. Essas Deliberações aguardam a homologação pelo BACEN.

18 Imposto de renda e contribuição social

Nos termos da Resolução nº 3.059/02 e alterações introduzidas pela Resolução nº 3.355/06, ambas do BACEN, a Filial mantém créditos tributários diferidos de IRPJ e CSLL cujo montante corresponde a R\$ 90.853 (R\$ 67.044 em 2016).

As movimentações de créditos e obrigações tributárias diferidas ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 estão demonstradas a seguir:

Créditos tributários diferidos	31/12/2016			
	Adições	Baixas	31/12/2017	
Outras provisões temporárias	67.044	63.242	(39.433)	90.853
Total	67.044	63.242	(39.433)	90.853

Créditos tributários diferidos	31/12/2015			
	Adições	Baixas	31/12/2016	
Outras provisões temporárias	23.828	132.755	(89.539)	67.044
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	1.998	6.047	(8.045)	-
Total	25.826	138.802	(97.584)	67.044

O saldo de provisões temporárias passivas é de R\$ 4.369 (R\$ 1.940 em 2016).

O estudo da realização do crédito tributário diferido em 31 de dezembro de 2017, está demonstrado a seguir:

Realização do crédito tributário	2017			
	Adições	Baixas	31/12/2017	
Ano-calendário 2018			35.363	
Ano-calendário 2019			25.758	
Ano-calendário 2020			17.119	
Ano-calendário 2021			10.255	
Ano-calendário 2022			2.358	
Imposto de renda e contribuição social diferido			90.853	

Em 31 de dezembro de 2017, o valor presente dos créditos tributários é de R\$ 79.403 (R\$ 57.904 em 2016), calculado com base na taxa média do CDI previsto para os respectivos períodos.

Apuração de imposto de renda e contribuição social	2017		2016	
	Imposto de renda	Contribuição social		

...continuação

ING BANK N.V.
 CNPJ nº 49.336.860/0001-90


Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

Apuração de imposto de renda e contribuição social				
	2017		2016	
	Imposto de renda	Con-tribuição social	Imposto de renda	Con-tribuição social
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	61.190	61.190	121.938	121.938
Provisão para contingências e variação monetária dos depósitos judiciais	(3.652)	(3.652)	3.702	3.702
Provisão para gratificações	1.646	1.646	805	805
Outras adições e exclusões diversas	3.123	3.123	5.152	5.152
Adições ou exclusões permanentes	300	300	203	203
Compensação prejuízo fiscal/base negativa	-	-	-	(9.991)
Base tributável	7.813	7.813	36.167	26.176
IR (alíquota de 15%) e CS (alíquota 20%)	(1.172)	(1.563)	(5.425)	(5.235)
Adicional de IR (alíquota de 10%)	(757)	-	(3.593)	-
Redução de imposto por incentivos	49	-	507	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(1.880)	(1.563)	(8.511)	(5.235)
Ajuste de exercícios anteriores	(1.826)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	(3.706)	(1.563)	(8.511)	(5.235)
Imposto de renda e contribuição social diferido				
Resultado da marcação a mercado	1.163	1.163	(34.661)	(34.661)
Provisões não dedutíveis temporariamente	67.775	(66.026)	127.359	122.437
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	-	-	-	(9.991)
Provisões não dedutíveis CSLL a 15%	-	133.801	-	4.924
Outras diferenças temporárias	(6.561)	(6.561)	47.831	47.831
Base tributável diferida	62.378	62.378	140.529	130.540
Imposto de renda e contribuição social diferido	15.594	5.786	35.132	25.862

19 Operações com partes relacionadas

As operações efetuadas com partes relacionadas foram realizadas com base em condições usualmente praticadas pelo mercado e os saldos estão demonstrados como segue:

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores do

ING Bank N.V. (Filial de São Paulo)
 São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as

Ativo/(passivo)			
	Grau de relação		
		2017	2016
Depósitos à vista	Outras partes relacionadas	(152)	(470)
Depósitos interfinanceiros	Outras partes relacionadas	(244.930)	(275.198)
Obrigações por operações compromissadas	Outras partes relacionadas	(641)	(72.536)
Empréstimos no exterior	Controladora	(1.876.533)	(3.875.405)
Outras créditos - câmbio	Controladora	12.260.747	1.439.078
Outras obrigações - câmbio	Controladora	(12.232.386)	(1.498.566)
Outras obrigações - diversas	Controladora	-	(420)
Juros sobre o capital próprio	Controladora	-	(38.237)
Receitas/(despesas)			
Resultado de câmbio	Controladora	10.255.255	(45.865)
Outras receitas operacionais	Controladora/ Outras partes relacionadas	22.549	20.798
Despesas de operações compromissadas	Outras partes relacionadas	(453)	(109)
Despesas com depósitos interfinanceiros	Outras partes relacionadas	(24.686)	(34.334)
Resultado de empréstimos no exterior	Controladora	127.040	929.313
Despesa com juros sobre o capital próprio	Controladora	(36.019)	(44.984)
As mencionadas operações foram realizadas, basicamente, com ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A., ING Capital Markets LLC e ING Bank N.V. Amsterdã, em conformidade com a Resolução nº 3.750/09 do BACEN. A remuneração total do pessoal-chave da administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 5.350 (R\$ 4.581 em 2016) de remuneração fixa, e de R\$ 2.878 (R\$ 2.271 em 2016) de remuneração variável, consideradas como benefício de curto prazo.			
a) Remuneração baseada em ações			
A Filial, participa de um programa global de remuneração de longo prazo "Long-Term Sustainable Performance Plan", patrocinado pelo ING Groep N.V. de Amsterdã. Este Programa está vinculado às condições de desempenho individual e corporativo, sendo que a forma de outorga das ações segue as regras de período de aquisição de direito (<i>vesting period</i>), que ocorrem em tranches de 1/3 pelos próximos três anos da data da outorga, regra estabelecida e terá validade enquanto houver vínculo societário do funcionário com a entidade local. No <i>vesting date</i> os participantes poderão optar por ficar com as ações, vender a totalidade ou ficar com parte das ações. A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio de ações é mensurada com base no valor justo na data da outorga do prêmio. A Filial registrou despesas no valor de R\$ 710 (R\$ 184 em 2016), tendo como contrapartida a conta de "Reserva de capital".			

20 Informações adicionais

a) As garantias prestadas no País somam o montante de R\$ 1.081.743 (R\$ 672.973 em 2016). A provisão para garantias financeiras prestadas é

constituída baseada na avaliação das perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados as garantias, bem como características específicas das operações realizadas, consoante os requerimentos da Resolução nº 4.512/16 do Banco Central do Brasil. As provisões são efetuadas aplicando o mesmo critério de provisionamento utilizado para as operações de crédito, de acordo com a Resolução nº 2.682/99 (CMN).

b) A exigência de patrimônio líquido é apurada de forma consolidada, considerando as entidades financeiras do Grupo ING, nos termos da Resolução nº 2.283/96, do Conselho Monetário Nacional e alterações posteriores. Em 31 de dezembro de 2017, o valor do índice de Basileia era de 21,4% (22,6% em 2016).

c) A Filial patrocina a complementação de aposentadoria de seus empregados através de um Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), estruturado no regime financeiro de capitalização e na modalidade de contribuição definida. As despesas com contribuições efetuadas pela Filial durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 totalizaram R\$ 929 (R\$ 790 em 2016).

d) Outras despesas administrativas correspondem substancialmente a despesas de processamento de dados R\$ 6.696 (R\$ 6.685 em 2016), serviços do sistema financeiro nacional R\$ 2.166 (R\$ 2.695 em 2016), alugueis R\$ 2.534 (R\$ 3.787 em 2016), serviços técnicos especializados R\$ 3.906 (R\$ 5.204 em 2016), serviços de terceiros R\$ 923 (R\$ 1.790 em 2016), despesas com comunicação R\$ 973 (R\$ 987 em 2016), despesa com manutenção e conservação R\$ 1.428 (R\$ 1.445 em 2016), despesas de viagem R\$ 1.043 (R\$ 581 em 2016) e despesas de serviços prestados pelo ING Bank N.V. Amsterdã R\$ 7.515 (não houve em 2016).

e) Outras receitas operacionais correspondem substancialmente à recuperação de encargos e despesas administrativas R\$ 22.549 (R\$ 20.798 em 2016), atualização de depósitos judiciais R\$ 7.955 (R\$ 8.387 em 2016) e variações monetárias ativas de créditos a compensar R\$ 3.613 (não houve em 2016).

f) Outras despesas operacionais correspondem basicamente a atualizações de riscos fiscais no montante de R\$ 3.972 (R\$ 4.841 em 2016), e provisão para despesas com risco de crédito sobre os derivativos no montante R\$ 1.811 (R\$ 828 em 2016).

g) Resultado não operacional no montante de R\$ 11.827, refere-se basicamente ao resgate das ações da CETIP em virtude da unificação da BM&F Bovespa e CETIP, que deram origem a B3, e posterior venda das ações remanescentes da B3 após a unificação.

21 Eventos subsequentes

Em 31 de dezembro de 2017 o Banco detinha operações de cédulas de crédito bancário em atraso no montante de R\$ 127.059, líquido de provisão. Em 26 de fevereiro de 2018, foi celebrado o contrato de cessão da totalidade dessas operações à parte não relacionada a Filial pelo montante de R\$ 138.812, cuja liquidação financeira ocorreu na data de 2 de março de 2018.

A Diretoria

RICARDO E. OTANI - CONTADOR - CRC 1SP221880/O-6

demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por

fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6Luciana Liberal Sâmia
Contadora CRC 1SP198502/O-8
<http://www.ingwb.com/network-offices/americas/brasil>

Serviço de Atendimento ao Assinante

- Alterações cadastrais
- Dúvidas e sugestões
- Solicitação de exemplares
- Informações sobre sua assinatura
- Orientações de acesso ao DCI online

Entre em contato com nosso serviço de atendimento:
De segunda à sexta-feira das 8h às 18h.

(11) 5095-5335
São Paulo e Grande SP

